



Inspiração

Arquivística

IMA 37ª edição - Novembro / Dezembro 2014

EDITORIAL | MATÉRIAS | AGENDA | EXPEDIENTE

 Editorial



pág. 1



págs. 2 e 3 e 4



E agora escrever o presente para ganhar o futuro: só por hoje! Agora é construir a memória do futuro em nossos pensamentos, juízos e ações. Preparar o dia de amanhã vivendo feliz e bem só por hoje. Agora é partir para a construção do futuro, convivendo com a família, os amigos, as relações de trabalho, as complexidades da convivência humana, suas semelhanças e diferenças. Agora é a tentativa de colocar em ordem o que ficou na desordem, colocar comunicação onde ainda existe ruído, num eterno movimento de ir e vir. Agora é a hora, pois é preciso construir o presente para perceber as vitórias no futuro, compreensão e muito trabalho, consertar os pensamentos e obras para seguir em frente.

Fato lamentável a dissolução da AAB! Criada em 1978, faz parte da história do associativismo dos arquivistas e da institucionalização da Arquivologia no país. Essa dissolução trata-se de um processo que vem desde os anos 1990, com o término dos antigos Núcleos Regionais, cursos e congressos que são muito caros para a classe arquivística. Destacamos a Revista Arquivo & Administração, com Qualis B1, é uma das poucas revistas da área no Brasil. Além disto, paralelamente as Associações de Arquivistas Estaduais foram se fortalecendo, surgiu neste processo a Executiva Nacional de Associações de Arquivistas – ENARA, que agora é a Federação das Associações de Arquivistas. A diretoria pró-tempore da Associação dos Arquivistas Brasileiros - AAB divulgou carta aos arquivistas brasileiros, tratando do início do processo de dissolução da associação. Leia a carta na íntegra em <http://migre.me/o5DO3>

Nesta edição contamos com o texto de “Atribuições Legais e o Mercado de Trabalho do Arquivista no Brasil, de Fiana Eduardo Azevedo, do 8º período de Arquivologia, que refletiu sobre a defasagem para os dias atuais da Lei 6.546, de 1978, que habilitou o Arquivista e o Técnico em Arquivo, e ainda analisou que “Não é apenas uma questão de corporativismo e reserva de mercado, mas principalmente a necessidade de alimentar a área com estudos que deem a dimensão sobre quem é o profissional arquivista de hoje e as atividades que ele desempenha.

No texto “Muda Arquivo Nacional: um movimento em prol de uma instituição aberta, transparente e democrática”, de autoria de Diego Barbosa da Silva e Leonardo Augusto Silva Fontes, respectivamente, (UFF), membro do Conselho Deliberativo, e de Ética da Associação dos Arquivistas Brasileiros (AAB) e presidente da Associação dos Servidores do Arquivo Nacional (ASSAN). Leonardo Augusto Silva Fontes é Doutorando em História Social (UFF), secretário Associação dos Servidores do Arquivo Nacional - ASSAN e ex-secretário da AAB. Ambos são servidores do Arquivo Nacional, membros do Colegiado Setorial de Arquivos do CNPC, do Ministério da Cultura, e do Comitê Executivo do movimento Muda Arquivo Nacional. Os autores lançaram juntamente com um grupo essa campanha dessa instituição, apresentando as principais propostas de mudanças.

Feliz 2015 para todos e Boa Leitura! Não deixem de ler a Agenda!

IMA - Inspiração Miscelânea Arquivística™®



O Jornal é um periódico bimestral do curso de Arquivologia da UNIRIO. É um canal que estimula a comunicação, o debate, a pesquisa e tornou-se um projeto de extensão graças ao bom trabalho realizado por todos os integrantes da equipe. Os artigos e matérias de seus autores e colaboradores não expressam a opinião ou posicionamento do jornal, nem refletem necessariamente a posição geral do curso de Arquivologia da Unirio. O jornal é distribuído gratuitamente entre alunos e professores, circula pela comunidade acadêmica trazendo comunicação de ótima qualidade para a área arquivística. O IMA tem o apoio do PROExC (Pró-Reitoria de Extensão e Cultura).



ATRIBUIÇÕES LEGAIS E O MERCADO DE TRABALHO DO ARQUIVISTA NO BRASIL

Fiama Eduardo Azevedo¹

No cenário brasileiro da Arquivologia, os anos 70 foram fundamentais e decisivos para a área. Nesse período esta profissão antiga, porém desconhecida por muitos, ganhava contornos e representação política. Em 1971, a primeira associação profissional, a Associação dos Arquivistas Brasileiros (AAB), é criada. A partir desse movimento, os arquivistas passaram a ter um espaço coletivo para discussões, especializações em cursos e realização de congressos. As ações desenvolvidas pela associação desencadearam em importantes conquistas para a área, sendo duas delas dignas de destaque: o curso acadêmico para formação de arquivistas e a Lei 6.546/78, que regulamenta seu trabalho.

Nesse cenário, a regulamentação funcionou como um suporte àquele profissional egresso do curso superior de Arquivologia e para quem na ocasião tivesse experiência comprovada por respaldo legal. Esses dois foram amparados pela lei e tiveram suas funções diferenciadas das dos técnicos de arquivo, também presentes na mesma. Hoje, essa lei dá subsídio para mais uma questão da área: casos de vagas de emprego para arquivista divergentes da regulamentação da profissão.

Infelizmente este é um quadro atual e recorrente, que quando identificado é denunciado por meio das associações de arquivistas, já que a profissão ainda não possui um conselho profissional para tentar resolver essas questões. E esse problema não acontece apenas em instituições privadas, abrangendo muitas vezes também órgãos da administração pública de nosso país, que explicitam seu erro mediante as atribuições dos cargos solicitados em editais.

Mas o que esses erros querem realmente dizer? Por ser uma

lei recente, uma das hipóteses seria do desconhecimento da regulamentação por parte dos empregadores. Outra seria relativa às funções arquivísticas, que se mostram cada dia mais dinâmicas, a partir de estudos na área, em constante mutação para atender aos diferentes grupos sociais da chamada “era da informação” que vem se formando, exigindo conhecimentos relativos à informática e aprimoramento de instrumentos para atender com mais qualidade e rapidez os usuários dos arquivos. A lei poderia estar ultrapassada ou incompleta de acordo com as demandas contemporâneas? Estas seriam outras possibilidades.

Com a criação de mais e mais empresas e órgãos públicos a cada dia, entende-se que as demandas do mercado de trabalho ultrapassam inclusive a quantidade de arquivistas disponíveis. No Brasil, estima-se que de 1977 a 2011 formaram-se apenas 4.906 profissionais (SOUZA, 2011, p. 166-167)², o que torna a área atrativa para estudantes que buscam diferentes objetivos: ingressar em concursos públicos, trabalhar na área privada ou seguir carreira acadêmica. Deve-se contar também com o fato de que grande parte das instituições arquivísticas não possui arquivista em seu quadro de funcionários, designando assim o trabalho arquivístico para profissionais de outras formações ou até mesmo outro nível de escolaridade. Qual seria a causa desse problema? Será que os empregadores têm consciência do fato de existir um profissional formado e regulamentado por lei para desempenhar esse trabalho? Ou a escassez de arquivistas está abrindo margem para a atuação de outros profissionais?

Segundo Delmas³ (2010, p.79), “os arquivos são uma realidade complexa, movediça, difícil de imaginar”. Os arquivos são dinâmicos, possui

suportes variados e, com isso, formas diferenciadas para tratar sua informação e disseminá-la. Da criação da lei 6.546/78 até hoje, muito dos suportes e formas de acesso a informação mudaram. O arquivista precisa estar sempre inteirado das novidades de sua área, e principalmente trabalhar interdisciplinarmente para conseguir desempenhar seu papel.

Esses questionamentos não são facilmente respondidos pela área, que possui escassa produção de trabalhos que analisem a legislação que regulamenta o labor arquivístico. A literatura da área fala das novas funções desempenhadas pelo arquivista, mas não questiona sua provável ausência na lei que estipula as atribuições desse profissional. Esta mesma lei não parece ser do conhecimento daqueles que procuram profissionais no mercado de trabalho para organizar seus arquivos e disponibilizar suas informações, diante de tantas vagas irregulares identificadas a cada dia. E mesmo nestas circunstâncias, pouco se fala desse fenômeno.

É necessário problematizar o estatuto jurídico da profissão de arquivista no Brasil e também os critérios praticados para sua seleção no mercado de trabalho. Não é apenas uma questão de corporativismo e reserva de mercado, mas principalmente a necessidade de alimentar a área com estudos que deem a dimensão sobre quem é o profissional arquivista de hoje e as atividades que ele desempenha.

¹Aluna do 8º período do Curso de Arquivologia da UNIRIO

²SOUZA, Katia Isabelli Melo de. Arquivista, visibilidade profissional: formação, associativismo e mercado de trabalho. Brasília, Starprint, 2011, 252 p.

³DELMAS, Bruno. O que é ser arquivista? Arquivos para quê? Textos escolhidos. São Paulo: Instituto Fernando Henrique Cardoso, 2010.



MUDA ARQUIVO NACIONAL: UM MOVIMENTO EM PROL DE UMA INSTITUIÇÃO ABERTA, TRANSPARENTE E DEMOCRÁTICA

Diego Barbosa da Silva e Leonardo Augusto Silva Fontes¹

Nos últimos anos, uma série de acontecimentos – alguns amplamente noticiados pela imprensa – têm exposto diversas fragilidades do Arquivo Nacional: a greve dos seus servidores em 2012 com mais de 90% de adesão, pleiteando a substituição da direção-geral e um Plano de Carreira; parte do seu valioso acervo atingido por chuvas (a última e mais danosa, em março de 2013); falta de concursos públicos periódicos (o primeiro e último concurso foi no já longínquo ano de 2006) e de um Plano de Carreira que estimule e valorize a instituição e seus servidores. O fato mais recente é a constatação da falta de espaço nos depósitos – que impede o recolhimento de grandes volumes documentais do Poder Executivo Federal, o que faz o AN deixar de cumprir uma de suas mais importantes missões institucionais.

Por outro lado, percebemos que a permanência do mesmo diretor à frente da instituição por quase 23 anos torna impossível desassociá-la desses problemas de gestão, planejamento e estagnação administrativa por que passa a maior instituição arquivística do país. A permanência dessa gestão foi questionada tanto na greve dos servidores do Arquivo Nacional em 2012 quanto por meio de moções na I Conferência Nacional de Arquivos e no XVII Congresso Brasileiro de Arquivologia.

Cansados de apenas observar sem nada fazer, um grupo de profissionais de arquivo preocupados com a preservação da memória do país, com o acesso à informação pública e com os direitos à transparência, à cidadania e à cultura, resolveram criar o Movimento Muda Arquivo Nacional, no final de 2014, visando promover um debate na sociedade civil sobre os problemas de gestão no órgão - que afetam não apenas seus acervos e servidores, mas os cidadãos como um todo.

Para não ficar apenas no campo da crítica, o movimento trouxe diversas propostas para serem debatidas pela sociedade civil, para que ela assuma o seu papel de protagonista na política nacional de arquivos. Assim, queremos que além de preservar, organizar e dar acesso à informação pública, o Arquivo Nacional mantenha uma política de acervo que valorize o patrimônio cultural brasileiro, considerando as diversidades do país. Algumas de nossas propostas:

1. Representações Regionais do Arquivo Nacional, facilitando a gestão documental e a política arquivística no país;
2. Empoderamento de instituições e serviços arquivísticos;
3. Política nacional de acervo – em rede com outras instituições arquivísticas – de identificação, tratamento e disseminação de informações referentes aos fundos e coleções privadas de interesse público e social;
4. Promover o aumento de espaço para armazenamento e recolhimento de acervos de valor histórico e informativo, em meio analógico e digital;
5. Plano de carreira para os seus servidores;
6. Elaboração e organização da Semana Nacional de Arquivos;
7. Criação de um programa de pós-graduação stricto sensu em Arquivologia no Arquivo Nacional;
8. Um Conselho Nacional de Arquivos (CONARQ) mais democrático e representativo da sociedade civil.

Mais que cumprir sua missão institucional, queremos que o AN atue de forma atuante contra a cultura do sigilo, incentivando e promovendo o acesso à informação e a transparência pública, em conjunto com a Controladoria-Geral da União (CGU), por meio de campanhas, cursos e seminários. A criação do Centro de Referência Memórias Reveladas e a parceria com a Comissão Nacional da Verdade, ambas iniciativas do governo federal, foram importantes nesse processo, mas tratam de um momento histórico específico. O Arquivo Nacional, entretanto, não é o órgão responsável pela implementação da política de acesso à informação no país, após o surgimento da Lei 12.527, de 2011 (Lei de Acesso à Informação) e do Decreto – 7.724, de 2012, mas poderia ser parceiro da CGU nesse processo. Entretanto, a própria direção-geral do AN se recusou a responder alguns pedidos de acesso à informação (que foram garantidos recursivamente pelo MJ e pela CGU). O combate à cultura do sigilo tem que ser na prática, não apenas na teoria.

Por fim, para que tudo isso ocorra é essencial que o AN tenha condições de infraestrutura e recursos humanos, incluindo a criação de um Plano de Carreira, de um Programa de Qualidade de Vida e a ampliação de depósitos devidamente equipados.

> continua na próxima página.



• **O** Movimento Muda Arquivo Nacional já tem quase 3000 curtidas em sua página no Facebook e quase 700 assinaturas – inclusive de diversas entidades de Arquivologia, História, Ciências Sociais, Direitos Humanos, Cultura e movimentos sociais – em seu manifesto, em menos de um mês, inclusive moção de apoio (publicada no Diário Oficial da União) do Colegiado Setorial de Arquivos, vinculado ao Conselho Nacional de Política Cultural, do Ministério da Cultura.

• **P**ortanto, o Muda AN veio pra ficar e quer promover o debate na sociedade, pois assim como nas políticas de saúde, educação, cultura, economia, todos têm o direito e o dever de participar da política de arquivos e da discussão sobre qual Arquivo

• Nacional queremos. Já deixamos aqui nossa dica: que ele seja eficiente, transparente, inclusivo, democrático, aberto e de tod@s!

• **Q**ue Arquivo Nacional você quer? Ajude-nos a debater e construir uma nova instituição. Nosso Facebook: <https://www.facebook.com/mudaarquivonacionalmuda>. Manifesto: <https://mudaarquivonacional.wordpress.com/assine>

• ¹Diego Barbosa da Silva é Doutorando em Linguística (UFF), membro do Conselho Deliberativo e de Ética da Associação dos Arquivistas Brasileiros (AAB) e presidente da Associação dos Servidores do Arquivo Nacional (ASSAN). Leonardo Augusto Silva Fontes é Doutorando em História Social (UFF), secretário ASSAN e ex-secretário da AAB. Ambos são servidores do Arquivo Nacional, membros do Colegiado Setorial de Arquivos do CNPC e do Comitê Executivo do movimento Muda Arquivo Nacional.

Agenda Janeiro/Fevereiro

O III Seminário Internacional de Educação e Pesquisa em Ciência da Informação acontecerá nos dias 04 e 05 de junho, na cidade de Barcelona. Submissão de trabalhos até 30 de janeiro. Para mais informações, acessar o site: <http://bd.ub.edu/liser/content/posters>

O processo seletivo para o curso de Mestrado Profissional em Gestão de Documentos e Arquivos, da UNIRIO, está com as inscrições abertas, dos dias 23 de fevereiro a 31 de março. Acesse o edital em: <http://www2.unirio.br/unirio/cchs/ppgda/processo-seletivo-2015>

O VII Encontro Ibérico da Associação de Educação e Investigação em Ciência da Informação de Iberoamérica e do Caribe, acontecerá na cidade de Madri, nos dias 16 e 17 de novembro. A EDICIC congrega instituições e pessoas dedicadas à formação universitária de profissionais nos campos da Ciência da Informação (Biblioteconomia, Documentação e Arquivística) da Iberoamérica e do Caribe. A submissão de trabalhos está aberta até 12 de fevereiro de 2015. Para mais informações, acessar o site: <http://edific2015.org.es/index.php/inicio/>

CRIAÇÃO



LeoFotoARTE | www.ecommz.com
leofotoarte@gmail.com t.21.99831126



UNIVERSIDADE FEDERAL
DO ESTADO DO
RIO DE JANEIRO
UNIRIO

ESCOLA DE ARQUIVOLOGIA

Expediente

Antonio Rodrigues de Andrade
Bruno Ferreira Leite
Rogério Marques de Paiva
Colunistas

Daniel Ribeiro dos Santos
Rosale de Mattos Souza
Simone Bastos Rodrigues
Revisão

Leonardo Souza Lopes de Barros
Comunicação, Projeto Gráfico
e DTP

Roberta Delecróde de Souza
Divulgação

Rosale de Mattos Souza
Coordenadora Geral do Projeto
Comunicação e Marketing
da Arquivologia

Periodicidade da publicação
BIMESTRAL

Envie seu texto para nós!

inspiracaom@gmail.com



Inspire-se com a gente
pela infovia:



FB: www.facebook.com/JornalIMA
TWITTER: @imiscelanea